

A29 - ANALISTA DO MPU - PERITO EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

PROVA OBJETIVA E PROVA DISCURSIVA – NÍVEL SUPERIOR

TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

Além deste caderno de provas contendo 80 questões objetivas e uma redação, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas
- um caderno de textos definitivos para a transcrição da redação



TEMPO

- **4 horas e 30 minutos** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação das alternativas na folha de respostas da prova objetiva e para a transcrição da redação para o caderno de textos definitivos
- **3 horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova, é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja este caderno de provas
- Assinar ou rubricar o caderno de textos definitivos nem fazer qualquer marca que identifique o candidato, sob pena de anulação e automática eliminação do concurso



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se este caderno de provas está completo e sem falhas de impressão. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências
- Na folha de respostas das questões objetivas e no caderno de textos definitivos da questão discursiva, confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preenchimento
- **Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul**
- Assine seu nome **apenas nos espaços reservados** na folha de respostas e no caderno de textos definitivos
- Confira o cargo, a cor e o tipo do seu caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de provas com cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas e/ou em seu caderno de textos definitivos, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento da folha de respostas e do caderno de textos definitivos é de sua responsabilidade e, em caso de erro, não será permitida a sua substituição
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas e as transcrições no caderno de textos definitivos
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Boa sorte!

PROVA OBJETIVA

MÓDULO I

Língua Portuguesa

1

Leia o texto abaixo:

“O problema em matéria de audição vem do fato de que o cérebro é um órgão muito rápido e que se pensa muito mais depressa do que se fala. Assim que escutamos uma pessoa, solicitamos ao cérebro que trabalhe muito mais lentamente em comparação com sua capacidade. Entretanto, não chegamos realmente a reduzir a velocidade do cérebro; enquanto registramos as palavras transmitidas pelo emissor, o cérebro continua a tratar as centenas de palavras e a fazer associações de ideias. Em outros termos, quando escutamos, nos resta algum tempo livre para pensar. É o emprego desse tempo livre que torna a escuta boa ou má”.

Levando em consideração que o conteúdo temático do texto é de difícil acesso pelo leitor comum, o processo utilizado para tornar esse conteúdo mais claro foi:

- (A) indicar a estruturação do texto no início da leitura;
- (B) acrescentar exemplos práticos ao texto;
- (C) reformular as informações já dadas;
- (D) utilizar sinônimos mais comuns para termos difíceis;
- (E) repetir informações com os mesmos termos.

2

Todas as frases abaixo contêm pleonasmos, ou seja, repetições desnecessárias de palavras, que foram modificadas na reescritura dessas frases.

A frase em que o processo de reescritura NÃO elimina o pleonismo original é:

- (A) Tenho o desejo de rever de novo o filme *O Protetor 2* / Tenho o desejo de ver de novo o filme *O Protetor 2*;
- (B) Segundo ele, ele crê que esse vocábulo é um neologismo / Ele crê que esse vocábulo é um neologismo;
- (C) Os alunos dessa turma mutuamente se ajudam / Os alunos dessa turma se ajudam;
- (D) Os exterminadores de insetos eliminaram completamente as pulgas dos cães / Os exterminadores eliminaram completamente as pulgas dos cães;
- (E) Analisaram a situação e depois, em seguida, propuseram soluções / Analisaram a situação; em seguida propuseram soluções.

3

Observe a seguinte frase:

“Ele ficou esgotado porque correu muito”.

A maneira de reescrevê-la que modifica o seu sentido original é:

- (A) Se ele correu muito, ficou esgotado;
- (B) Ele sentiu-se esgotado por ter corrido muito;
- (C) Já que correu muito, sentiu-se esgotado;
- (D) Porque correu muito, ficou esgotado;
- (E) Seu esgotamento ocorreu por ter corrido muito.

4

Todas as frases abaixo empregaram processos para evitar-se a repetição de termos idênticos.

A frase em que o processo usado foi a utilização de um termo de sentido mais geral (hiperônimo) é:

- (A) Meus alunos estudaram bastante e, por isso, eles merecem uma recompensa;
- (B) Entrou na avenida batendo tambor, mas o instrumento não resistiu por muito tempo;
- (C) Arrumando os discos, decidi vender aqueles que eu não escuto mais;
- (D) O proprietário do imóvel reuniu os inquilinos e, após alguns minutos, esse grande orador nos convenceu do aumento;
- (E) Traga suas fotografias para que eu as possa ver; as minhas fotos eu mostro depois.

5

Em todas as frases abaixo, há termos de ligação sublinhados.

A frase em que esse termo se refere à estrutura do texto e não a fatos reais é:

- (A) Cheguei atrasado ao trabalho e, por causa disso, fui multado em 10% dos meus vencimentos;
- (B) A proporção que leio o livro, mais me apaixono pela figura humana de Van Gogh;
- (C) Logo após o relato de sua doença, o personagem interrompeu a narrativa por vários dias;
- (D) Os estudantes ficaram tão chateados com os resultados da prova, que decidiram fazer uma greve;
- (E) Os alunos leram os livros encomendados pelo mestre, mas alguns deles não apreciaram a tarefa.

6

Em todas as frases abaixo, as orações adjetivas sublinhadas foram substituídas por termos de sentido equivalente.

A única substituição que mostra um termo equivalente de sentido diferente do que se mostra na oração sublinhada é:

- (A) O secretário tem um caráter que muda frequentemente / instável;
- (B) Ele mostra um tipo de risada que se comunica facilmente / estridente;
- (C) Era um político que sabia tirar partido das circunstâncias / esperto;
- (D) Era um homem que mantinha sua palavra / honrado;
- (E) Eles tinham prestado ajuda a uma população que morria de fome / faminta.

7

As frases abaixo mostram uma palavra sublinhada para a qual se apresenta um substituto entre parênteses.

A frase em que o novo termo assinala uma progressão ascendente de significação é:

- (A) Picasso era um pintor talentoso (genial);
- (B) Um conflito (diferença) opõe patrões e empregados;
- (C) Foram feitos progressos notáveis (apreciáveis);
- (D) O conferencista falava de forma polida (delicada);
- (E) Seus termos foram grosseiros (vulgares).

8

A definição de um vocábulo deve respeitar a natureza do vocábulo.

Entre as definições abaixo, aquela que procede desse modo, tornando-se uma definição válida, é:

- (A) refutação: destruir por argumentos sólidos as afirmações de outrem;
- (B) molestar: quando se provoca violência a alguém;
- (C) indolente: deixar de trabalhar, ficar passivo;
- (D) sucintamente: expressar-se em poucas palavras;
- (E) correto: aquele que age com correção.

9

Observe o seguinte texto:

“Nem sempre os ditados populares dão aulas positivas; como dizia Millôr Fernandes, ‘Devagar se vai ao longe, mas quando se chega lá, não se encontra mais ninguém’”.

Nesse texto, a citação tem a função de:

- (A) participar a descoberta de um texto que traz prazer;
- (B) fazer progredir culturalmente um texto;
- (C) dar a conhecer uma opinião diversa da do autor;
- (D) indicar algo que apoia a ideia do texto;
- (E) fornecer um exemplo típico do estilo de um autor.

10

Observe a seguinte frase: “Dá-lhes o dinheiro necessário!”.

A única frase abaixo em que houve uma forma adequada de apassivação dessa frase é:

- (A) Que lhes seja dado o dinheiro necessário;
- (B) Dá-se-lhes o dinheiro necessário;
- (C) O dinheiro necessário lhes será dado;
- (D) Tem-lhes dado o dinheiro necessário;
- (E) O dinheiro necessário lhes teria sido dado.

11

Todas as frases abaixo mostram solicitações ou conselhos de forma direta ou indireta.

A frase que mostra uma forma indireta é:

- (A) Você aceita uma sobremesa?
- (B) Proíbo você de continuar com essa história;
- (C) Aconselho a todos a leitura de Guimarães Rosa;
- (D) Eu te peço para comprares a casa;
- (E) Se seu pai venceu na vida, ele trabalhou muito!

12

Na frase “Infelizmente, meu amigo se esqueceu de dar o aviso da entrevista para o pobre Marcelo”, cruzam-se duas funções de linguagem, que são:

- (A) referencial e fática;
- (B) conativa e metalinguística;
- (C) metalinguística e referencial;
- (D) emotiva e conativa;
- (E) fática e emotiva.

13

A frase abaixo que mostra uma forma verbal inaceitável em relação à norma culta da língua portuguesa é:

- (A) Se você requerer o diploma, ele lhe será dado;
- (B) Se você dispuser de dinheiro, tudo fica mais fácil;
- (C) Se você vir o filme, vai ficar contente;
- (D) Se você intervier na discussão, ela termina;
- (E) Se você dizer a verdade, será melhor para todos.

14

Compare as duas frases abaixo:

- Dê-me aquela caixa.

- Me dá aquela caixa.

A segunda frase mostra o seguinte efeito em relação à primeira:

- (A) atenuação do valor de formalidade;
- (B) ênfase na ideia de ordem;
- (C) supressão da polidez;
- (D) suavização da ideia de pedido;
- (E) realce da ideia de tempo presente.

15

Observe a seguinte frase:

“Não cheguei a assistir o início do show no final de ano”.

A frase abaixo em que o verbo “assistir” é empregado no mesmo sentido que mostra na frase acima é:

- (A) Não assiste a você o dever de estar presente;
- (B) O professor deve assistir a todos os alunos;
- (C) O avô sempre foi assistido por todos os netos;
- (D) Não se pode assistir parado a uma agressão dessas;
- (E) O médico lhe assistiu nos últimos momentos.

Noções de Sustentabilidade

16

A Constituição Federal trouxe um rico capítulo dispondo sobre a proteção ao meio ambiente para as presentes e futuras gerações, estabelecendo que todos têm direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Em relação aos princípios, normas e regras estabelecidos no Art. 225 da Constituição Federal sobre Meio Ambiente, é correto afirmar que:

- (A) será inferior à dos combustíveis fósseis e de hidrelétricas o regime fiscal para os biocombustíveis, tecnologias de baixo carbono e para o hidrogênio verde para garantir diferenciais competitivos, especialmente em relação às contribuições parafiscais;
- (B) são consideradas cruéis as práticas desportivas que utilizem animais, ainda que sejam manifestações culturais registradas como bens de natureza imaterial integrantes do patrimônio cultural brasileiro e que assegurem o bem-estar dos animais envolvidos;
- (C) são patrimônio nacional os biomas da floresta amazônica brasileira, da mata atlântica, caatinga, pampas sulinos, serra do mar e o pantanal mato-grossense, e sua utilização far-se-á na forma de lei complementar, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais;
- (D) incumbe ao poder público e à coletividade o dever de preservar e manter os processos ecológicos essenciais naturais e promover o manejo ecológico das espécies endêmicas e exóticas dos ecossistemas;
- (E) incumbe ao poder público definir os espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas apenas por meio de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justificam sua proteção.

17

A Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) é um programa do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima que objetiva estimular as instituições públicas do país a implementarem práticas de sustentabilidade. O programa se destina às instituições públicas das três esferas (federal, estadual e municipal) e dos três poderes da República (executivo, legislativo e judiciário).

Nesse contexto, é correto afirmar que:

- (A) essa agenda é de adesão compulsória e possibilita que a instituição parceira, por meio de organizações sociais, promova a preservação e conservação do meio ambiente, ao mesmo tempo em que otimiza a utilização dos recursos públicos em detrimento de outras áreas;
- (B) o programa está estruturado em seis eixos temáticos: uso racional dos recursos naturais e bens públicos; gestão de resíduos gerados; qualidade de vida no ambiente de trabalho; sensibilização e capacitação dos servidores; compras públicas sustentáveis; e construções sustentáveis;
- (C) o acesso a esse serviço, não reconhecido pela Unesco, ocorre por meio de assinatura do Termo de Adesão à A3P, que possui duração de cinco anos, sendo que, ao término da vigência da adesão, não é possível realizar nova adesão, de modo que ela está limitada a um único período;
- (D) o Ministério Público, durante os cinco anos de vigência da adesão, acompanhará as ações implementadas pelo órgão parceiro, prestando o assessoramento técnico necessário para o atingimento dos objetivos pactuados em plano de trabalho e corrigindo eventuais falhas;
- (E) os usuários serão atendidos consoante seu grau de prioridade e preferência, obedecidas as diretrizes de eficiência, celeridade, urbanidade e ética, de forma remota, inexistindo a possibilidade de atendimento presencial nesse programa.

18

As mudanças climáticas estão cada vez mais presentes em eventos recentes como as enchentes do Rio Grande do Sul ou os incêndios em Los Angeles. Nesse contexto, a partir da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, que procura estabilizar as concentrações de gases de efeito estufa, cada país está estabelecendo sua própria política pública interna. No Brasil, trata-se da Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC (Lei nº 12.187/2009).

Sobre a Lei nº 12.187/2009, é correto afirmar que a PNMC:

- (A) busca a promoção e o desenvolvimento nacional de pesquisas científico-tecnológicas, bem como a difusão de tecnologias, processos e práticas orientados a mitigar a mudança do clima por meio de sumidouros de gases de efeito estufa implantados pelo poder público, adotando as medidas de adaptação possíveis, independentemente de vulnerabilidades e do setor produtivo;
- (B) e as ações dela decorrentes, executadas sob a responsabilidade dos entes políticos e dos órgãos da administração pública, observarão os princípios da precaução, da prevenção, da participação cidadã, do desenvolvimento sustentável e o das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, este último no âmbito internacional;
- (C) tem por finalidade o desenvolvimento econômico com a possível proteção do sistema climático, com redução das emissões naturais de gases de efeito estufa em relação às suas diferentes fontes, independentemente de fortalecimento das remoções antrópicas por sumidouros de gases de efeito estufa no território nacional;
- (D) estabelece que a adaptação necessária do contexto socioeconômico deverá ser sustentável, independentemente das comunidades afetadas, buscando segurança energética a partir de combustíveis fósseis e complementariedade de energias renováveis, de modo a compatibilizar e otimizar a produção do país em mesma proporção gradativamente;
- (E) tem como diretriz os compromissos assumidos pelo Brasil no Protocolo de Quioto para obter as ações de mitigação da mudança do clima em detrimento do desenvolvimento sustentável, com as medidas de adaptação para equalização dos efeitos adversos das mudanças e estabilidade do sistema ambiental e econômico.

19

A divisão de atribuições e as modalidades de cooperação entre os entes federativos foram regulamentadas por meio da Lei Complementar (LC) nº 140/2011, que estabeleceu importantes novas regras. Com efeito, o federalismo cooperativo finalmente tem, nos instrumentos de cooperação e colaboração, ferramentas relevantes para a proteção ambiental no país.

Diante do exposto, é correto afirmar que:

- (A) o ente federativo poderá delegar, mediante convênio, a execução de ações administrativas, desde que o ente destinatário da delegação disponha de órgão ambiental capacitado a executar as ações administrativas a serem delegadas e de conselho de meio ambiente;
- (B) a LC nº 140/2011 não reconhece os fundos privados e outros instrumentos econômicos como formas de cooperação, para fins específicos dessa política pública, mas apenas os fundos públicos, embora ela preveja instrumentos como convênios, acordos de cooperação e consórcios públicos;
- (C) a cooperação entre os entes federados implica a autorização legal para que qualquer um deles lavre auto de infração ambiental e instaure processo administrativo em face de empreendimentos licenciados e, concomitantemente, apure as penalidades cabíveis de forma ampla e indistinta;
- (D) a atuação subsidiária consiste em ação do ente da federação que se substitui ao ente federativo original e a atuação supletiva consiste na ação do ente federado que visa a auxiliar no desempenho das atribuições comuns, quando solicitado pelo ente federativo original;
- (E) os instrumentos de cooperação são hierarquizados, sendo as duas formas de delegação (de atribuições de execução de ações) prioritárias nessa política ambiental, e as demais formas, como consórcios, participações públicas, audiências públicas e fundos públicos, instrumentos ordinários de cooperação previstos nessa legislação.

20

Os espaços especialmente protegidos, além do Código Florestal, possuem o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) como uma política pública das mais relevantes para essa finalidade. A divisão de Unidades de Conservação de Proteção Integral e de Uso Sustentável é construída a partir de uma lógica e perspectiva dos atributos que são necessários conservar. Desse modo, analise as afirmativas a seguir, considerando V para a(s) verdadeira(s) e F para a(s) falsa(s).

- I. Embora as unidades de proteção integral tenham como objetivo básico a manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitindo, como regra, apenas o uso indireto dos seus atributos naturais, podem, conforme o caso, ser de uso direto, como, por exemplo, o monumento natural.
- II. A criação de unidades de conservação é feita por ato do poder público, precedida de estudos técnicos e de consulta pública, que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade, sendo que o subsolo e o espaço aéreo, sempre que influírem na estabilidade do ecossistema, integram os limites da unidade.
- III. A área das unidades de conservação pode ser considerada tanto área rural quanto área urbana, conforme o caso, mas sua zona de amortecimento é, em regra, área urbana, sendo que sua redução de limites pode ser feita por ato do poder público, publicado em Diário Oficial, devidamente motivado, quando necessário.

A sequência correta é:

- (A) V, V, V;
- (B) F, F, F;
- (C) V, F, V;
- (D) V, V, F;
- (E) F, V, V.

Noções de Direitos Humanos e Fundamentais e de Acessibilidade

21

Por ser tema de legítimo interesse internacional, a proteção dos direitos humanos não é reduzida ao domínio reservado do Estado, ou seja, não se restringe à competência nacional exclusiva ou à jurisdição doméstica exclusiva. Contudo, há especificidades no tratamento dos tratados internacionais de proteção dos direitos humanos no ordenamento jurídico brasileiro, que ocorrem de acordo com as regras previstas na Constituição Federal de 1988.

Sobre o tema, analise as afirmativas a seguir, à luz da Constituição Federal e da doutrina majoritária.

- I. Compete privativamente ao presidente da República promulgar um ato internacional, depois de devidamente ratificado, para que este seja incorporado à legislação interna.
- II. No Direito brasileiro vigora um sistema misto, pois, a partir da Emenda Constitucional nº 45/2004, a Constituição Federal passou a contar com um rito especial para aprovação dos tratados internacionais que versam sobre direitos humanos.
- III. Os tratados internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados por dois quintos dos votos dos membros de cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos de votação, serão equivalentes às emendas constitucionais.
- IV. Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o procurador-geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Supremo Tribunal Federal, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e IV, apenas;
- (B) III e IV, apenas;
- (C) I, II e III, apenas;
- (D) I, II e IV, apenas;
- (E) I, II, III e IV.

22

Determinado estado brasileiro, ao criar lei que dispõe sobre a prioridade de vaga em escola pública para pessoas com deficiência, estabeleceu: (a) o conceito de pessoas com deficiência como aquelas que necessitam de assistência especial, decorrentes de problemas visuais, auditivos, mentais, motores, ou má formação congênita; (b) a caracterização do impedimento de longo prazo exclusivamente por laudo médico; e (c) a exclusão de escolas sem infraestrutura adequada do propósito de ensino inclusivo para pessoas com deficiência.

Considerando a situação hipotética relatada, analise os itens a seguir de acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência e demais legislações pertinentes, em conformidade com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

- I. A verificação da deficiência restrita a laudo médico-hospitalar contraria o Estatuto da Pessoa com Deficiência, segundo o qual a avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar.
- II. O Estatuto da Pessoa com Deficiência define pessoa com deficiência como aquela que tem impedimento de natureza física ou intelectual, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
- III. Há possibilidade de o Estado trazer um conceito distinto e mais restrito de pessoa com deficiência com o fim de assegurar prioridade para vagas em escolas públicas próximas à residência.
- IV. Havendo uma conceituação constitucional para pessoa com deficiência, não cabe à lei estadual restringi-la, reduzindo o grupo de destinatários da proteção.
- V. Sobre a não obrigatoriedade do recebimento de estudantes com deficiência em instituições de ensino consideradas despreparadas, a lei pode excluir peremptoriamente tais unidades de ensino do dever de prestar a educação inclusiva.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e III, apenas;
- (B) I e IV, apenas;
- (C) II e IV, apenas;
- (D) I, II, III e IV, apenas;
- (E) I, II, III, IV e V.

23

Na exposição de motivos que acompanhou a proposta legislativa da Lei nº 12.990/2014, que regulamenta a reserva de 20% das vagas oferecidas em concursos públicos federais para candidatos negros, constou que o seu objetivo era o de regulamentar o Art. 39 do Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010). O Estatuto determina ações capazes de proporcionar um tratamento mais isonômico entre as populações negra e branca. Sobre o tema, é correto afirmar que:

- (A) a Lei nº 12.990/2014 não estabelece regras que visam a instituir mecanismos compensatórios que se traduzem em ações afirmativas a serem implementadas pelo poder público, embora prescreva normas destinadas a assegurar às pessoas negras a reserva de 20% das vagas em concursos públicos;
- (B) o Estatuto da Igualdade Racial conceitua como desigualdade racial toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, ascendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada;
- (C) classificam-se como ações afirmativas apenas os programas e medidas especiais adotados pela iniciativa privada para a correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades; já os programas adotados pelo Estado são classificados como políticas públicas;
- (D) o Estatuto da Igualdade Racial estabelece que o poder público promoverá ações que assegurem a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho para a população negra, inclusive mediante a implementação de medidas visando à promoção da igualdade nas contratações do setor público e ao incentivo à adoção de medidas similares nas empresas e organizações privadas;
- (E) o Poder Executivo federal, de acordo com o que estabelece o Estatuto da Igualdade Racial, deverá implementar critérios para provimento de cargos em comissão e funções de confiança destinados a ampliar a participação de negros, buscando reproduzir a estrutura da distribuição étnica nacional ou, quando for o caso, estadual, observados os dados demográficos oficiais.

24

No dia 8 de março de 2023, foi publicado o Decreto nº 11.430, que dispõe sobre ações de equidade entre mulheres e homens no ambiente de trabalho como critério de desempate em licitações, criando uma cota para mulheres, neste caso, vítimas de violência, em contratos da Administração Pública federal. No Supremo Tribunal Federal, tramitam Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) contra leis estaduais que estabelecem percentuais para o ingresso de mulheres na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros por concurso público.

Num panorama geral, no que se refere à inserção das mulheres no mercado de trabalho, é correto afirmar que:

- (A) o Estado Democrático de Direito brasileiro, ao reconhecer, na Constituição Federal e nas leis, a igualdade formal entre homens e mulheres, potencializa a igualdade material, que é aquela prevista em lei ao dispor que todos são iguais perante a lei;
- (B) critérios diferenciados em concursos públicos para o ingresso em cargos e funções públicas não são admitidos, ainda que se fale em exigências específicas relacionadas à natureza do cargo;
- (C) o Poder Legislativo pode erigir condição de admissão no sentido de estabelecer percentuais para o ingresso de mulheres em concursos públicos, já que a Constituição Federal prevê que os cargos públicos são acessíveis “na forma da lei”;
- (D) a Constituição Federal proíbe, especificamente no que diz respeito às relações de trabalho, a diferenciação de critério de admissão por motivo de sexo, preceito extensível à admissão no serviço público por expressa disposição constitucional;
- (E) as normas delegam à Administração um espaço de discricionariedade que permite restrições à participação das mulheres nos certames sem que isso configure violação a dispositivos constitucionais pelas leis estaduais.

25

A Convenção Americana de Direitos Humanos, também denominada Pacto de São José da Costa Rica, é o instrumento mais importante de efetivação dos direitos humanos do sistema interamericano. O documento instituiu o denominado Sistema Interamericano de Direitos Humanos (SIDH), composto por dois órgãos principais: a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e a Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH).

Acerca dos mecanismos de implementação do Pacto de São José da Costa Rica, é correto afirmar que:

- (A) o Estado signatário do Pacto de São José da Costa Rica pode ratificar a Convenção Americana de Direitos Humanos e não reconhecer a jurisdição contenciosa da Corte Internacional de Direitos Humanos, já que tal reconhecimento é cláusula facultativa da Convenção;
- (B) o Brasil é Estado-Parte da Convenção desde 1992 e, em 2002, reconheceu a competência contenciosa da Corte Interamericana de Direitos Humanos;
- (C) o reconhecimento da jurisdição contenciosa da Corte Internacional de Direitos Humanos é obrigatório e feito por declaração específica para todo e qualquer caso, e não somente para determinado caso específico;
- (D) a Corte Interamericana de Direitos Humanos é composta por nove juizes, cuja escolha é feita pelos Estados-Parte da Convenção, em sessão da Assembleia Geral da OEA, de uma lista de candidatos propostos pelos mesmos Estados;
- (E) as vítimas, assim como os Estados-Parte, podem submeter casos diretamente à Corte, sem que haja necessidade de apresentar suas alegações à Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

Noções de Administração Pública

26

Em uma fundação, a avaliação de desempenho dos gestores contempla os seguintes quesitos: capacidade de desenvolver rede de relacionamentos e troca de informações com instituições externas relevantes; capacidade de obter e analisar informações relevantes sobre a organização e o ambiente externo; e capacidade de adaptar a equipe a processos de mudança.

Esses quesitos da avaliação de desempenho dos gestores estão relacionados, respectivamente, aos seguintes papéis do administrador:

- (A) porta-voz; monitor; líder;
- (B) ligação; monitor; símbolo;
- (C) símbolo; empreendedor; líder;
- (D) ligação; monitor; solucionador de conflitos;
- (E) ligação; empreendedor; solucionador de conflitos.

27

André é o gestor responsável por conduzir melhorias no processo de contas a pagar da organização em que trabalha. Já foram levantados os diversos problemas e identificadas suas causas. Agora, André quer estabelecer a ordem de prioridade das ações de melhoria no processo, considerando: os impactos dos diferentes problemas sobre as pessoas e os resultados; o potencial de agravamento dos diferentes problemas caso não sejam resolvidos; e a urgência na solução de cada problema.

Para auxiliá-lo nessa tarefa, André deve fazer uso da seguinte ferramenta:

- (A) 5W2H;
- (B) matriz GUT;
- (C) diagrama de Gantt;
- (D) diagrama de Pareto;
- (E) diagrama de Ishikawa.

28

Júlia foi promovida e assumiu recentemente a liderança da equipe em que trabalha há cinco anos. A promoção não foi muito bem aceita pelos demais membros da equipe, que julgam que ela não seria a pessoa com o perfil mais adequado para a função. Júlia está preocupada com a situação, porque sabe que terá pouca autonomia para reconhecer ou punir os membros da equipe. A equipe é composta por seis profissionais experientes e bem capacitados que apresentam forte motivação para o desempenho de suas atribuições. Apoiando-se na teoria da liderança situacional de Hersey e Blanchard, Júlia avalia que a equipe se encontra no nível de prontidão "4".

Considerando que essa avaliação está correta, a teoria da liderança situacional de Hersey e Blanchard aponta que, nessas condições, o estilo mais eficaz de liderança é o:

- (A) diretivo;
- (B) realizador;
- (C) persuasivo;
- (D) participativo;
- (E) delegador.

29

Uma determinada organização pública da área de saúde tem sua estrutura dividida por funções, contemplando, assim, um departamento de apoio administrativo, um departamento de ensino e pesquisa e um departamento de atenção à saúde.

Esse tipo de departamentalização tem como vantagem e desvantagem, respectivamente:

- (A) facilitar o atendimento das necessidades do usuário em suas particularidades; gerar sobreposições;
- (B) obter maior proveito de especializações e economia de escala, mesmo diante de conflitos; reduzir a visão integral;
- (C) otimizar uso de recursos humanos, financeiros e materiais com prazos limitados; causar alta rotatividade em contratações temporárias;
- (D) permitir a instalação de unidades próximas aos usuários, matérias-primas e canais de escoamento; ocasionar duplicidades e aumentos de custos;
- (E) promover a descentralização e facilitar controles e inovação; apresentar custos administrativos elevados e baixa sinergia entre departamentos.

30

Teotônio, procurador da República do Ministério Público Federal, é incumbido de averiguar se Mervaldo, pessoa de interesse em investigação criminal, responde a inquérito civil por ato de improbidade administrativa perante o Ministério Público do Rio de Janeiro.

Nesse caso, à luz da Resolução CNMP nº 276/2023, visando à obtenção de subsídios para a tomada de decisão, Teotônio poderá:

- (A) consultar a Base de Dados do Ministério Público, que retornará informações gerais que constem de processos em qualquer unidade do Ministério Público, sigilosos ou não;
- (B) consultar a Base de Dados do Ministério Público, que retornará informações gerais que constem de processos em qualquer unidade do Ministério Público, desde que não sigilosos;
- (C) consultar o Catálogo de Dados do Ministério Público, que retornará informações gerais que constem de processos em qualquer unidade do Ministério Público, desde que não sigilosos;
- (D) requisitar as informações por ofício eletrônico pela Rede Nacional de Inovação Digital do Ministério Público, a fim de que a unidade consultada autorize a disponibilização das informações gerais que constem de processos ali existentes, sigilosos ou não;
- (E) requisitar as informações pela Plataforma MP Digital, mas, como o processo tramita perante unidade diversa da sua, o compartilhamento dependerá de aprovação do Comitê Gestor do MP Digital, observada a legislação de regência, especialmente a Lei Geral de Proteção de Dados.

MÓDULO II

Legislação Institucional

31

João, membro do Ministério Público Federal, foi promovido ao cargo de subprocurador-geral da República. Pedro, que o assessorava na classe imediatamente anterior da carreira e almejava continuar a fazê-lo, analisou os órgãos jurisdicionais juntos aos quais João poderia vir a atuar, com destaque para o Supremo Tribunal Federal (STF), o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Ao fim de sua análise, Pedro concluiu, corretamente, à luz da Lei Complementar nº 75/1993, que a atuação de João:

- (A) somente pode ocorrer perante o STJ, o que se dá ao ser empossado no órgão do qual será titular;
- (B) pode ocorrer perante os órgãos jurisdicionais indicados, sendo vedado que ocorra perante outros;
- (C) pode ocorrer perante órgãos jurisdicionais diversos dos indicados por autorização do Conselho Superior;
- (D) somente pode ocorrer por delegação do procurador-geral da República perante os órgãos jurisdicionais indicados;
- (E) não pode ocorrer perante o STF, o que é privativo do procurador-geral da República ou do seu substituto imediato.

32

Pedro, servidor ocupante de cargo de provimento em comissão em um dos ramos do Ministério Público da União, foi conivente com certa infração ao código de ética e de conduta da instituição, infração esta que teria sido praticada por Maria, servidora ocupante de cargo de provimento efetivo.

À luz da sistemática estabelecida no referido código, é correto afirmar que:

- (A) Pedro não está sujeito à disciplina do código;
- (B) a conduta de Pedro não afronta uma vedação estabelecida no código;
- (C) compete à Comissão Permanente de Ética, observado o devido processo legal, aplicar eventual sanção disciplinar a Pedro e a Maria;
- (D) compete à Comissão Permanente de Ética, observado o devido processo legal, aplicar eventual sanção ética a Pedro e a Maria, com recurso ao procurador-geral da República;
- (E) compete à Comissão Permanente de Ética dar ciência à autoridade administrativa competente se verificar indícios de irregularidade administrativa nas condutas de Pedro e Maria.

33

O diretório nacional do partido político Alfa, com representação no Congresso Nacional, encaminhou petição ao Ministério Público Federal (MPF) noticiando que o governador do estado Beta expediria determinação ao seu secretariado no sentido de que fosse descumprida a Lei Federal nº X. Em razão da recusa à execução do que foi estatuído nesse diploma normativo, Alfa almejava que fosse ajuizada representação para que a União intervisse em Beta.

Nessa situação, à luz da sistemática vigente, é correto afirmar que:

- (A) a representação deve ser ajuizada pelo membro do MPF ao qual a petição for distribuída;
- (B) o MPF não pode exercer a consultoria de Alfa; logo, não pode ingressar com a representação almejada;
- (C) a representação, observados os requisitos exigidos, pode vir a ser ajuizada por subprocurador-geral da República;
- (D) o ajuizamento da representação é de competência privativa do procurador-geral da República, que não pode delegá-la;
- (E) o ajuizamento da representação é de competência do procurador-geral da República, que somente pode delegá-la ao vice-procurador-geral da República.

34

Após regular aprovação em concurso público de provas e títulos, Maria tomou posse em cargo de provimento efetivo no âmbito do Ministério Público da União. Pouco tempo depois, decidiu que a melhor opção para o seu desenvolvimento pessoal seria obter uma remoção para o Conselho Nacional do Ministério Público.

Após analisar a sistemática estabelecida na Lei nº 13.316/2016, Maria concluiu, corretamente, que a referida remoção:

- (A) é expressamente vedada;
- (B) pode ocorrer a partir de livre decisão do procurador-geral da República, para atender à conveniência e oportunidade da administração;
- (C) pressupõe a manifestação de vontade de Maria e o preenchimento dos requisitos estabelecidos no edital que disciplina a remoção;
- (D) pode ocorrer a partir de decisão do procurador-geral da República, exigindo-se que o servidor tenha permanecido na unidade em que foi lotado pelo prazo mínimo de um ano;
- (E) pode ocorrer apenas na modalidade de permuta, em que um servidor lotado no Conselho Nacional do Ministério Público anua em se movimentar para o Ministério Público da União.

35

Joana, servidora da área de integridade do Ministério Público do Trabalho (MPT), questionou o seu superior hierárquico em relação aos alicerces estruturais do plano de integridade da instituição, mais especificamente em relação à competência para editá-lo e à definição da respectiva estratégia de comunicação.

Foi corretamente esclarecido a Joana, considerando a sistemática estabelecida na Portaria PGR/MPU nº 247/2023, que:

- (A) tanto o plano de integridade como a estratégia de comunicação serão elaborados pelo MPT;
- (B) tanto o plano de integridade como a estratégia de comunicação serão elaborados pelo Comitê de Integridade do MPU;
- (C) tanto o plano de integridade como a estratégia de comunicação são estabelecidos pelo procurador-geral da República, não pelo MPT;
- (D) o plano de integridade deve ser editado pelo procurador-geral da República, cabendo ao MPT definir a estratégia de comunicação do âmbito da instituição;
- (E) o plano de integridade pode ser editado pelo MPT caso haja delegação do procurador-geral da República; já a estratégia de comunicação é uniforme em todo o MPU.

Noções de Direito Administrativo

36

O Poder Executivo Federal promoveu, de ofício, o deslocamento de cargo de provimento efetivo ocupado, no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão do mesmo Poder, com prévia apreciação do órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC). A medida foi adotada para ajustamento de lotação e da força de trabalho às necessidades dos serviços.

Nessa situação, é correto afirmar que ocorreu uma:

- (A) redistribuição;
- (B) remoção;
- (C) readaptação;
- (D) reversão;
- (E) substituição.

37

A autoridade administrativa federal competente, no intuito de eliminar situação contenciosa na aplicação do direito público, resolveu celebrar compromisso com os interessados, observando as formalidades previstas na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

A respeito do compromisso em questão, é correto afirmar que:

- (A) pode conferir desoneração permanente de dever ou condicionamento de direito reconhecidos por orientação geral;
- (B) deve prever com clareza as obrigações das partes, o prazo para seu cumprimento e as sanções aplicáveis em caso de descumprimento;
- (C) deve produzir automaticamente efeitos retroativos, por expressa determinação legal;
- (D) tem como pressuposto a existência de razões de relevante interesse particular ou geral;
- (E) exige a prévia realização de consulta pública, dispensada a oitiva do órgão jurídico.

38

Determinado órgão da Administração Pública promoveu licitação para a contratação de serviços de engenharia com vistas à reforma de sua sede. Na etapa de julgamento, duas propostas foram idênticas conforme os critérios previstos em edital.

Dentre os critérios de desempate entre duas ou mais propostas adotados pela Lei Federal nº 14.133/2021, é correto apontar:

- (A) o desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;
- (B) a contratação, pelo licitante, de mulheres vítimas de violência doméstica;
- (C) a utilização, pelo licitante, de bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis;
- (D) a contratação, pelo licitante, de oriundos ou egressos do sistema prisional;
- (E) a utilização, pelo licitante, de bens manufaturados e serviços originários de Estados Partes do Mercado Comum do Sul (Mercosul).

39

Adalgisa ajuizou ação de indenização por danos morais em face da concessionária de serviço público que realiza a coleta e o tratamento de esgoto em sua cidade. Na inicial, Adalgisa afirmou morar nas redondezas de uma estação de tratamento de esgoto operada pela ré, que emitiria um mau odor causador de profunda violação à sua dignidade humana.

Os elementos de prova produzidos ao longo do processo demonstraram que, de fato, a atividade exercida pela estação de tratamento de esgoto descumpria as normas de regência e causava a emissão de odores fétidos que atingiam a região em que residia Adalgisa, gerando nesta desconforto, frustração, desespero e problemas de saúde, principalmente respiratórios.

Nessa situação, é possível afirmar que:

- (A) a responsabilidade da concessionária de serviço público por danos a terceiros exige a demonstração de dolo ou culpa, sendo possível a inversão do ônus da prova *ope judicis*;
- (B) a responsabilidade da concessionária de serviço público e do poder concedente é solidária, sendo facultado a Adalgisa exigir o pagamento de quaisquer deles na fase de cumprimento de sentença;
- (C) a responsabilidade civil da concessionária de serviço público é objetiva, não havendo necessidade de demonstração de culpa ou dolo de seus agentes;
- (D) a responsabilidade da concessionária de serviço público por danos a terceiros exige a demonstração de dolo ou culpa, assegurada a inversão do ônus da prova *ope legis*;
- (E) a responsabilidade civil da concessionária de serviço público é baseada na teoria do risco integral, não havendo necessidade de demonstração donexo causal entre conduta e resultado danoso.

40

Bertoldo, servidor público federal, praticou conduta escandalosa na repartição e insubordinação grave em serviço, pois, instado pelo seu superior ao cumprimento de certa tarefa inserida nas suas atribuições, respondeu aos gritos que não iria obedecer a ordem, deu um soco no rosto de seu superior e atirou o monitor de seu computador contra a parede. Foi ajuizada ação penal em face de Bertoldo, no bojo da qual foi instaurado incidente de insanidade mental.

Os laudos médicos constataram a enfermidade psíquica de Bertoldo, indicando que o acusado era, ao tempo da ação, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento. Com base nisso, o juízo criminal proferiu sentença absolutória imprópria, com imposição de medida de segurança.

Nessa situação, é correto afirmar que, no processo administrativo disciplinar instaurado em desfavor de Bertoldo pelos mesmos fatos:

- (A) é possível a aplicação de pena de demissão, dado o caráter subjetivo das infrações disciplinares e a independência entre as instâncias criminal e administrativa;
- (B) é obrigatória a aplicação de pena de demissão, dado o caráter objetivo das infrações disciplinares e a independência entre as instâncias criminal e administrativa;
- (C) é obrigatória a aplicação de pena de suspensão, dado o caráter objetivo das infrações disciplinares e a independência entre as instâncias criminal e administrativa;
- (D) é possível a aplicação de pena de suspensão, dado o caráter subjetivo das infrações disciplinares e a independência entre as instâncias criminal e administrativa;
- (E) descabe a fixação de sanção administrativa, impondo-se à Administração Pública o dever de avaliar a eventual concessão de licença para tratamento de saúde ou de aposentadoria por invalidez.

Noções de Perícia em Processo Civil

41

O juiz deferiu, de ofício, a produção de prova pericial em uma demanda previdenciária. Para cumprir o encargo, o perito designou dia, hora e local para colher o depoimento do autor e de testemunhas, comunicando às partes e aos assistentes técnicos que realizaria uma teleperícia (perícia virtual).

Apresentado o laudo pericial no processo, é correto afirmar que essa prova:

- (A) não será admitida, uma vez que foi determinada de ofício pelo juiz;
- (B) não será admitida, uma vez que houve colheita de depoimento de testemunhas pelo perito;
- (C) não será admitida, uma vez que designada teleperícia (perícia virtual);
- (D) será admitida, desde que as testemunhas sejam ouvidas novamente em juízo;
- (E) será admitida, uma vez que o perito pode valer-se de todos os meios de coleta necessários.

42

Em um processo que admitia autocomposição, as partes, plenamente capazes, escolheram de comum acordo o perito da causa. Outrossim, ainda indicaram seus assistentes técnicos para acompanhar a realização da perícia.

Nesse cenário, é correto afirmar que essa perícia consensual:

- (A) não substitui a perícia que seria realizada pelo perito do juízo;
- (B) não será admitida, uma vez que cabe exclusivamente ao juiz a nomeação do perito;
- (C) não será admitida, uma vez que é vedado negócio processual quanto à produção de prova;
- (D) será admitida, devendo o perito e os assistentes entregar o laudo e pareceres em prazo fixado pelo juiz;
- (E) será admitida, dispensando o perito a indicação de qual análise técnica ou científica foi realizada.

43

Determinado perito elaborou seu laudo pericial de forma incorreta. Informou no processo um valor aquém do devido. O perito, de forma negligente, não percebeu a metragem correta do imóvel objeto da perícia. Com base nessa prova, o juiz condenou a parte no valor afirmado no laudo pericial.

Nesse cenário, é correto afirmar que o perito:

- (A) responderá pelos prejuízos que causou à parte e ficará inabilitado para atuar em outras perícias pelo prazo de dois a cinco anos;
- (B) responderá pelos prejuízos que causou à parte e ficará inabilitado para atuar em outras perícias pelo prazo de um a dez anos;
- (C) responderá pelos prejuízos que causou à parte, mas não ficará inabilitado para atuar em outras perícias por qualquer prazo;
- (D) não responderá pelos prejuízos causados à parte, mas ficará inabilitado para atuar em outras perícias por qualquer prazo;
- (E) não responderá pelos prejuízos causados à parte, mas ficará inabilitado para atuar em outras perícias pelo prazo de um a cinco anos.

44

Maria não concordou com as conclusões da perícia realizada em um processo, que afirmara que não havia compatibilidade genética entre ela e o réu. Concluiu-se que estava afastada a paternidade alegada, uma vez que as informações genéticas dos envolvidos eram incompatíveis. Desse modo, Maria requereu ao juiz que fosse determinada outra perícia, já que afirmou não concordar com o resultado do laudo pericial, pois acreditava ser filha do réu.

Sobre a possibilidade da realização dessa segunda perícia, é correto afirmar que:

- (A) não deve ser produzida, pois a parte somente tem direito a uma perícia no processo, podendo juntar parecer dos assistentes técnicos;
- (B) não deve ser produzida, pois a parte apenas não se conformou com o resultado obtido, sem apresentar omissão ou inexatidão naquele laudo;
- (C) deve ser produzida, pois é direito da parte produzir outros laudos, para que o juiz possa buscar a verdade formal;
- (D) deve ser produzida, desde que a parte se comprometa a arcar com as custas da produção desse laudo pericial;
- (E) deve ser produzida, sabendo-se que a segunda perícia vai substituir a primeira perícia produzida no processo.

45

No julgamento de um processo, em que a questão controvertida era a extensão de um dano, o juiz acolheu como fundamento de sua sentença, a conclusão do parecer do assistente técnico do autor, que afirmava ser devido o valor do ressarcimento de 100 mil reais. Todavia, o perito judicial apontava para um dano de 70 mil reais, enquanto o parecer do assistente técnico do réu dizia ser o valor de 30 mil reais. Em grau de recurso, foi arguido que o autor e o seu assistente técnico eram irmãos, pelo que havia um impedimento para este atuar no processo. Logo, requereu-se que a prova fosse desconsiderada e desentranhada dos autos do processo.

Nesse cenário, é correto afirmar que:

- (A) assiste razão ao recorrente, pois o assistente técnico do autor é parcial, submetendo-se às regras de impedimento do processo;
- (B) assiste razão ao recorrente, pois deveria o juiz acolher o laudo pericial elaborado pelo perito do juiz, por quem fora nomeado;
- (C) não assiste razão ao recorrente, pois o juiz não está vinculado ao laudo pericial e o assistente técnico não se submete à alegação de impedimento;
- (D) não assiste razão ao recorrente, pois mesmo com o impedimento do assistente técnico, o laudo não é desentranhado dos autos do processo;
- (E) não assiste razão ao recorrente, pois o assistente técnico não se submete à alegação de impedimento; todavia, o juiz está vinculado à conclusão do laudo pericial.

Conhecimentos Específicos

46

O analista Otávio está avaliando a solução de Business Intelligence do MPU desenvolvida por uma empresa contratada. Ao observar o banco de dados implementado, Otávio verificou que havia um esquema estrela, e que os dados armazenados estavam desnormalizados e alimentavam um cubo de dados para serem acessados e analisados via ferramenta OLAP.

A partir do observado, Otávio concluiu que o banco de dados era um:

- (A) ETL;
- (B) ODS;
- (C) Data Mart;
- (D) Dashboard;
- (E) Repositório de Metadados.

47

Observe a inserção dos registros pelo seguinte script SQL.

```
INSERT INTO Parte (ParteID, idade)
VALUES (1 ,17);
INSERT INTO Parte (ParteID, idade)
VALUES (2 ,16);
INSERT INTO Processo (processoID, data_audiencia,
valor_causa)
VALUES (1 , '2025-02-05',1000);
INSERT INTO Processo (processoID, data_audiencia,
valor_causa)
VALUES (2 , '2025-10-05',2000);
INSERT INTO ProcessoParte (processoID, parteid)
VALUES (1 ,1);
INSERT INTO ProcessoParte (processoID, parteid)
VALUES (2 ,2);
```

No PostgreSQL, para consultar os Processos (`Processos`) que envolvem partes menores que 18 anos, por ordem de maior Valor de Causa (`valor_causa`), cuja Audiência (`data_audiencia`) está agendada para os próximos 30 dias, deve-se executar o comando SQL:

- (A)

```
SELECT p.processoid, p.valor_causa, p.data_audiencia
FROM Parte pt, ProcessoParte pp, Processo p
WHERE pp.parteid = pt.parteid and
pp.processoid = p.processoid
AND pt.idade < 18
AND p.data_audiencia BETWEEN NOW()::DATE AND
NOW()::DATE + INTERVAL '30 days'
ORDER BY p.valor_causa DESC
```
- (B)

```
SELECT p.processoid as numero, SUM(p.valor_causa) as
ValorCausa, p.data_audiencia
FROM processo p
INNER JOIN parte pt ON pt.idade < 18
INNER JOIN ProcessoParte pp ON pp.parteid = pt.parteid
WHERE p.data_audiencia BETWEEN NOW() AND NOW() +
INTERVAL '30 days'
GROUP BY p.processoid, p.data_audiencia
ORDER BY ValorCausa DESC
```
- (C)

```
SELECT p.processoid as numero, SUM(p.valor_causa) as
ValorCausa, p.data_audiencia as DataAudiencia
FROM Processo p
INNER JOIN ProcessoParte pp ON p.ProcessoID =
pp.ProcessoID
INNER JOIN Parte pt ON pp.ParteID = pt.ParteID
WHERE pt.idade < 18
AND p.data_audiencia > NOW() + INTERVAL '30 days'
GROUP BY p.processoid, p.data_audiencia
ORDER BY ValorCausa ASC
```
- (D)

```
SELECT p.processoid as numero, p.valor_causa,
p.data_audiencia
FROM Parte pt
INNER JOIN Processo p ON pt.idade < 18
AND p.data_audiencia BETWEEN NOW() AND CURRENT_DATE +
DATE_PART('DAY', 30)
```
- (E)

```
SELECT p.processoid, p.valor_causa, p.data_audiencia
FROM processo p
INNER JOIN parte pt ON pt.idade < 18
WHERE p.data_audiencia BETWEEN NOW() AND NOW() + 30
```

48

Observe o seguinte código Java reutilizado em todos os Sistemas de Informação do MPU.

```
public class Main {
    String orgao = "MPU";

    public static void main(String[] args) {
        Main myObj = new Main();
        myObj.orgao = "MMPPUU";
        System.out.println(myObj.orgao);
    }
}
```

No Java, para garantir que nenhum comando altere o valor do atributo `orgao` da classe `Main` durante a execução do programa, deve-se declarar o atributo `orgao` como:

- (A) final
- (B) static
- (C) private
- (D) abstract
- (E) protected

49

A biblioteca Pandas da linguagem de programação Python é utilizada para analisar dados e possui diversos recursos para realizar a limpeza inicial dos dados. Observe o código Python a seguir.

```
import pandas as pd
a={"id_processo": [1,2], "tipo": ['A', pd.NA]}
df=pd.DataFrame(a)
df.dropna()
df.loc[1, 'tipo'] = 'B'
print(df.to_string())
df.dropna(inplace = True)
print(df.to_string())
```

O resultado da execução do código é:

- (A)

id_processo	tipo
0	1 A
1	2 <NA>

id_processo	tipo
0	1 A
- (B)

id_processo	tipo
0	1 A
1	2 <NA>

id_processo	tipo
0	1 B
1	2 <NA>
- (C)

id_processo	tipo
0	1 A
1	2 <NA>

id_processo	tipo
0	1 A
1	2 <NA>
- (D)

id_processo	tipo
0	1 B
1	2 B

id_processo	tipo
0	1 B
1	2 B
- (E)

id_processo	tipo
0	1 A
1	2 B

id_processo	tipo
0	1 A
1	2 B

50

Observe a consulta SQL a seguir.

```
ALTER TABLE Processos
ADD data_criacao DATETIME;
```

A consulta apresentada que corresponde à consulta MongoDB:

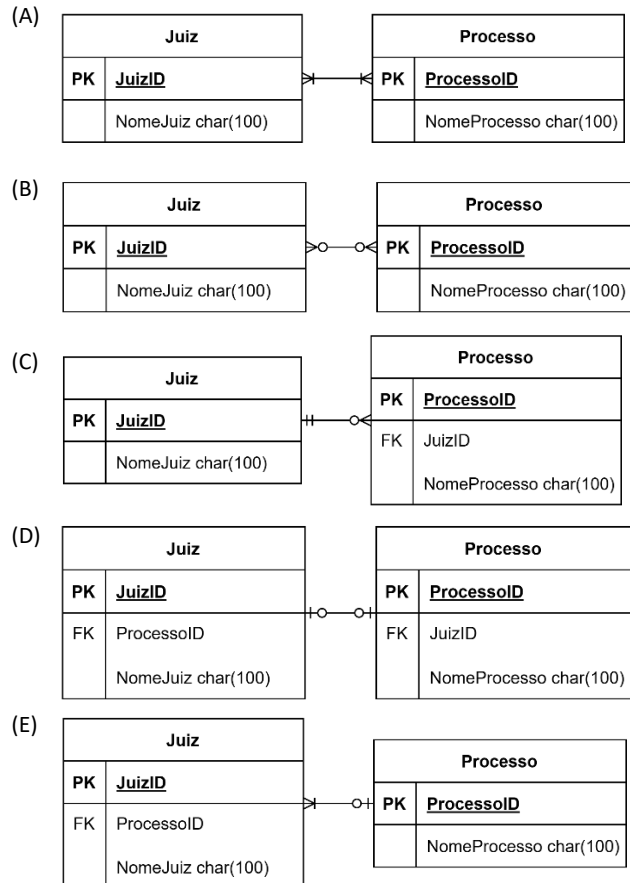
- (A) `db.Processos.updateMany({ }, {$set:{data_criacao:new Date()}})`
- (B) `db.Processos.add({all() }, {$set:{data_criacao:new Date()}})`
- (C) `db.Processos.insertOne({find() }, {$set:{data_criacao:new Date()}})`
- (D) `db.Processos.createField({ }, {$set:{data_criacao:new Date()}})`
- (E) `db.Processos.addField({find() }, {$unset:{data_criacao:new Date()}})`

51

Para desenvolver o sistema de controle de processos, o analista Pedro levantou as seguintes regras de negócio:

- todo Juiz pode ter nenhum, um ou diversos Processos; e
- todo Processo deve ter um e apenas um Juiz.

O modelo de dados que representa essas regras de negócio é:



52

O analista Jonas está desenvolvendo um Large Language Model (LLM) para ser utilizado nas soluções de inteligência artificial do MPU. Para isso, Jonas utilizou o modelo pré-treinado BERTimbau, mas observou que as respostas eram genéricas e não específicas para o domínio.

Para treinar um modelo pré-treinado adaptando-o às tarefas e aos conjuntos de dados específicos do domínio do MPU, Jonas deve realizar um(a):

- (A) overfitting;
- (B) regression;
- (C) discretization;
- (D) model fine-tuning;
- (E) feature engineering.

53

Fernanda, analista de rede, ao analisar a topologia de rede da empresa onde trabalha, constatou os fatos a seguir.

- I. O Switch BT-01, que não realiza roteamento, possui uma VLAN "X" com duas máquinas conectadas:
 - Máquina ALFA com IP 10.0.0.1, máscara 255.255.255.0 e gateway 10.0.0.10; e
 - Máquina BRAVO com IP 10.0.0.2, máscara 255.255.255.0 e gateway 10.0.0.10.
- II. O Switch BT-01 possui também uma VLAN "Y" com duas máquinas conectadas:
 - Máquina CHARLIE com IP 20.0.0.1, máscara 255.255.255.0 e gateway 20.0.0.254; e
 - Máquina DELTA com IP 20.0.0.2, máscara 255.255.255.0 e gateway 20.0.0.254.
- III. O Switch BT-01 está conectado ao roteador RWT_03 por meio da porta Gi1/0/24 do switch.
- IV. O Switch BT-01 está conectado ao roteador RWT_02 por meio da porta Gi1/0/23 do switch.
- V. O roteador RWT_03 está configurado corretamente com o IP 10.0.0.10/24 na porta Gi0/0/1, que é conectada ao Switch BT-01.
- VI. O roteador RWT_02 está configurado corretamente com o IP 20.0.0.254/24 na porta Gi0/0/1, que é conectada ao Switch BT-01.
- VII. O roteador RWT_02 está interligado diretamente ao roteador RWT_03 por meio das portas Gi0/0/2 de cada dispositivo, utilizando os endereços IP 10.30.0.1/29 e 10.30.0.2/29, respectivamente.

Diante desse cenário, Fernanda concluiu, corretamente, que:

- (A) mesmo que todas as conexões estejam operacionais, as máquinas BRAVO e DELTA não conseguirão se comunicar, pois pertencem a VLANs distintas e, portanto, não deveriam estar conectadas ao mesmo switch;
- (B) caso todas as conexões estejam operacionais, exceto a conexão entre o switch BT-01 e o roteador RWT_03, as máquinas ALFA e BRAVO não estabelecerão comunicação, uma vez que dependem do gateway para tal;
- (C) caso todas as conexões estejam operacionais, exceto a conexão entre switch BT-01 e o roteador RWT_02, as máquinas CHARLIE e DELTA não poderão se comunicar, uma vez que dependem do gateway para tal;
- (D) caso todas as conexões estejam operacionais, exceto a conexão entre switch BT-01 e o RWT_03, as máquinas ALFA e BRAVO poderão se comunicar normalmente, pois estão conectadas ao mesmo switch e independem do gateway;
- (E) caso todas as conexões estejam operacionais, exceto a conexão entre switch BT-01 e o RWT_03, as máquinas ALFA e CHARLIE poderão se comunicar normalmente, pois estão conectadas ao mesmo switch e independem do gateway.

54

Ao estabelecer uma VPN institucional entre o MPT, o MPF e n procuradores com notebooks conectados remotamente, é necessário configurar associações de segurança (SAs) para suportar o tráfego IPsec bidirecional. Essas associações são estabelecidas entre:

- o roteador de borda do MPF e o roteador de borda do MPT;
- o roteador de borda do MPF e cada notebook dos n procuradores.

Nesse caso, o número total de associações de segurança necessárias para suportar o tráfego IPsec bidirecional é de:

- (A) $2n$;
- (B) $4n$;
- (C) $2+n$;
- (D) $2+2n$;
- (E) $2+3n$.

55

O MPF processa milhares de requisições diárias e está preocupado com ataques cibernéticos, como varreduras de porta, ataques de negação de serviço (DoS) e a disseminação de malware. Para proteger sua infraestrutura, o MPF decide implementar um sistema IDS que:

- detecte ataques conhecidos rapidamente;
- reconheça padrões de tráfego anormais que possam indicar novos tipos de ataques; e
- minimize alarmes falsos que possam sobrecarregar a equipe de resposta.

O tipo mais adequado para atender essas necessidades é um sistema IDS:

- (A) baseado em anomalias;
- (B) baseado em assinaturas;
- (C) com implementação de controle de acesso baseado em identidade;
- (D) que combine assinaturas e detecção baseada em anomalias;
- (E) baseado em assinaturas, configurado para ignorar alarmes de anomalias.

56

Uma equipe de segurança cibernética está implementando um sistema de autenticação para verificar a integridade de arquivos baixados do servidor do MPM. A ideia é que cada arquivo seja acompanhado por um hash que permita verificar se o conteúdo foi alterado durante o processo de download. A equipe decide utilizar um algoritmo de hash que gere resumos de mensagem de 128 bits.

Diante dessa decisão, o algoritmo a ser utilizado é o:

- (A) AES;
- (B) RSA;
- (C) MD5;
- (D) SHA-1;
- (E) SHA-256.

57

A analista Maria está avaliando a compra do computador VN para o MPU. O hardware do VN implementa a arquitetura de Von Neumann, trazendo preocupação quanto ao impacto do gargalo de Von Neumann no desempenho do computador.

Porém, Maria se tranquilizou após lembrar que esse gargalo tem sido mitigado pela indústria, de forma direta, por meio do(a):

- (A) implementação de memória cache;
- (B) implementação de coprocessadores;
- (C) aumento da velocidade do processador;
- (D) redução do barramento entre o processador e a memória principal;
- (E) aumento da capacidade de armazenamento da memória principal.

58

O analista Pedro foi incumbido de aumentar a capacidade de processamento para o treinamento de redes neurais profundas (RNP) no MPU. Ele concluiu serem necessárias mais unidades de processamento (UP) com pleno suporte a números de ponto flutuante de 64 bits, após verificar que os modelos de RNP usados pelo MPU apresentam respostas melhores se treinados com esse nível de precisão numérica. O analista também foi avisado de que deve adquirir dois tipos diferentes de UP, a fim de aumentar a heterogeneidade do parque de máquinas.

Assim, Pedro deve adquirir para o MPU mais:

- (A) tensor processing units e neural processing units;
- (B) central processing units e neural processing units;
- (C) tensor processing units e graphics processing units;
- (D) graphics processing units e neural processing units;
- (E) central processing units e graphics processing units.

59

O analista José está definindo um array redundante de discos independentes (RAID), utilizando 4 discos. Para escolher o nível de RAID a ser aplicado ao array, José estabeleceu as seguintes condições: espaço utilizável de no mínimo 50% com 4 discos e espaço utilizável maior que 60% ao acrescentar mais um disco.

Diante dessas condições, José deve escolher o nível de RAID:

- (A) 1;
- (B) 5;
- (C) 6;
- (D) 0+1;
- (E) 1+0.

60

A analista Carla preparou o disco FDisk para operar com um sistema Linux. Ela escolheu formatar o FDisk com um sistema de arquivos disponível nativamente no kernel do Linux, sem descartar soluções mais antigas. O sistema de arquivos escolhido por Carla apresenta certos benefícios ao ser usado em memórias flash, pois emprega a técnica copy-on-write, tanto para dados quanto para metadados.

Sendo assim, Carla formatou o FDisk com o sistema de arquivos:

- (A) F2FS;
- (B) EXT2;
- (C) EXT3;
- (D) EXT4;
- (E) BTRFS.

61

O analista Pedro foi incumbido de analisar o mau funcionamento do compilador de software CMP+, utilizado no MPU. O CMP+ está apresentando erros na fase da compilação na qual é gerada a árvore de derivação, que guarda uma representação hierárquica do código-fonte.

Sabendo disso, Pedro deve concentrar sua análise do CMP+ na fase de:

- (A) análise léxica;
- (B) análise sintática;
- (C) análise semântica;
- (D) geração de código objeto;
- (E) geração de código de máquina.

62

O analista João está implementando a comunicação entre dois sistemas digitais do MPU. O analista concluiu que a melhor técnica para a comutação entre os dois sistemas é aquela baseada em células.

João sabe que a técnica escolhida tem características consideradas como desvantagens, sendo uma delas o fato de a comutação de células:

- (A) não garantir a ordem de chegada dos dados;
- (B) não ser capaz de dividir os dados em pacotes de tamanho fixo;
- (C) exigir largura de banda constante durante toda a transmissão dos dados;
- (D) exigir o estabelecimento de uma conexão fim a fim, antes da transmissão dos dados;
- (E) apresentar latência considerável, devido ao processamento inerentemente complexo no transmissor e no receptor.

63

A analista Juliana deve promover, no MPU, a realização de certas atividades previstas na norma NBR ISO/IEC 27001. Ela deve se certificar de que o MPU realize, de forma periódica, a avaliação de riscos da segurança da informação. A analista deve promover ainda a realização efetiva de auditorias internas, de forma recorrente.

As atividades que Juliana deve promover são, de fato, exigidas pela norma, nas seções principais de:

- (A) Planejamento e Melhoria;
- (B) Planejamento e Operação;
- (C) Operação e Contexto da Organização;
- (D) Avaliação de Desempenho e Melhoria;
- (E) Operação e Avaliação de Desempenho.

64

A analista Joana deve investigar anomalias no tráfego da rede B do MPU. A rede B interliga os dispositivos por um switch padrão. A fim de facilitar a investigação, Joana decidiu capturar todos os pacotes trafegados por qualquer dispositivo da rede B (sniffing geral), utilizando apenas um software sniffer no computador PC, conectado à rede B. A analista executou um ataque controlado à rede B, fazendo com que o switch padrão se comportasse como um simples hub. Joana avaliou ainda se havia necessidade de definir a única placa de rede do PC, a IBNet, para operar no modo promíscuo.

Para cumprir o objetivo de investigar toda a rede B, Joana realizou um ataque do tipo:

- (A) ARP spoofing, e precisou alterar o modo de operação da IBNet;
- (B) MAC flooding, e precisou alterar o modo de operação da IBNet;
- (C) ARP flooding, e não precisou alterar o modo de operação da IBNet;
- (D) MAC flooding, e não precisou alterar o modo de operação da IBNet;
- (E) MAC spoofing, e não precisou alterar o modo de operação da IBNet.

65

O analista Carlos está recuperando dados de um arquivo hive do registro do Windows, que está danificado. A fim de otimizar as chances de recuperação de dados legíveis do hive, Carlos decidiu recuperar o arquivo por blocos, tomando como base o tamanho de bloco padrão de um hive do registro do Windows.

O analista Carlos tomou como base o tamanho de bloco, em bytes, igual a:

- (A) 8;
- (B) 64;
- (C) 512;
- (D) 1024;
- (E) 4096.

66

O analista André está avaliando a consistência do drive de dados de um dispositivo que roda o sistema iOS. Para apoiar tecnicamente sua avaliação, ele deve empregar ferramentas especializadas no sistema de arquivos utilizado atualmente pelo iOS.

Sendo assim, André deve empregar ferramentas especializadas em:

- (A) Unix File System;
- (B) Apple File System;
- (C) Extended File System;
- (D) Hierarchical File System;
- (E) Hierarchical File System Plus.

67

Embora simples, o comando `dd` no Linux é de grande uso na computação forense, pois está presente mesmo nas distribuições mais simples e permite a cópia de dados com grande flexibilidade.

A respeito do comando `dd`, é correto afirmar que:

- (A) ele é a opção mais recomendada para cópia do conteúdo de dispositivos de armazenamento, pois automaticamente comprime os dados de forma segura e eficiente, poupando espaço no dispositivo de destino;
- (B) executando o comando "`dd if=/dev/hdb of=inicio.raw bs=512K`", serão copiados os primeiros 512 kB do dispositivo "`hdb`" no arquivo "`inicio.raw`" na pasta corrente;
- (C) com o comando "`dd if=/dev/zero of=/dev/sda1`", todo o conteúdo do dispositivo de destino será sobrescrito com o caractere "0" (ASCII 0x30);
- (D) para se realizar uma cópia integral do conteúdo do dispositivo "`sda`" em um arquivo binário de nome "`img.dd`" na pasta "`/media`", deve ser utilizado o comando "`dd if=/dev/sda of=/media/img.dd`";
- (E) os operandos "`if`" e "`of`" são opcionais, sendo os comandos "`dd if=/dev/hda of=/dev/sdb`" e "`dd /dev/hda /dev/sdb`" equivalentes.

68

A utilização de funções de resumo (hash) consiste na aplicação de algoritmos matemáticos que, dada uma entrada de dados de qualquer tamanho, produzem um único valor de tamanho fixo correspondente, com diversos empregos na computação.

Em relação ao uso de funções de hash em evidências digitais, é correto afirmar que:

- (A) o cálculo de hashes de evidências digitais é fundamental para a preservação da cadeia de custódia, pois permite a verificação de integridade dos dados e a exatidão das cópias;
- (B) o uso de hashes é extremamente útil em procedimentos forenses, pois permite a recuperação dos dados em casos de erros de gravação;
- (C) deve-se priorizar o emprego dos hashes MD5 ou SHA1, pois são seguros e de cálculo mais rápido;
- (D) o uso de hashes permite a busca e identificação de arquivos suspeitos dispensando a necessidade de verificação visual, mesmo no caso de imagens e vídeos;
- (E) no caso de cópias integrais de conteúdos de dispositivos de armazenamento, um único valor de hash total é suficiente, visto que os dispositivos modernos raramente apresentam erros de acesso.

69

O procedimento forense denominado *carving*, que consiste em algoritmos de reconstrução de arquivos com base na recuperação de fragmentos e reconhecimento de conteúdos típicos, é oferecido em muitas ferramentas forenses.

Sobre esse procedimento, o analista forense deve considerar que:

- (A) a opção de *carving* deve ser empregada quando disponível na ferramenta de recuperação de dados, já que garante a recuperação de todos os dados que o usuário do dispositivo tenha apagado, incidental ou propositadamente, permitindo relacioná-los diretamente a ele;
- (B) o procedimento de *carving* deve ser utilizado com critério, pois há o risco de se recuperarem dados de usos anteriores de um dispositivo de armazenamento, sem relação com o usuário ou os fatos sob investigação, podendo ser desaconselhável em algumas situações;
- (C) uma das vantagens do uso de *carving* é que os algoritmos de reconhecimento seguem um padrão, garantindo o mesmo resultado, independentemente da ferramenta ou versão utilizadas;
- (D) dados recuperados por *carving* são interessantes para subsidiar uma investigação, mas não têm valor forense real, devido à variabilidade de resultados (a depender da ferramenta ou versão utilizada), além de não recuperarem metadados como nomes dos arquivos ou datas de acesso;
- (E) na maioria dos casos, ele não é de grande utilidade, pois recupera apenas fragmentos de arquivos removidos pelo usuário, não sendo útil no caso de uma formatação lógica do dispositivo, ainda que recente.

70

De acordo com a RFC 3227, que define diretrizes para coleta e arquivamento de evidências, a ordem de volatilidade das evidências deve ser considerada em uma coleta, iniciando-se pela mais volátil e seguindo até a menos volátil.

Segundo essa RFC, a ordem deve ser:

- (A) Tabela de roteamento, cache ARP, tabela de processo, estatísticas do kernel, memória - Registros, cache - Sistemas de arquivos temporários - Disco - Registro remoto e dados de monitoramento relevantes - Configuração física, topologia de rede - Mídias externas;
- (B) Registros, cache - Tabela de roteamento, cache ARP, tabela de processo, estatísticas do kernel, memória - Sistemas de arquivos temporários - Disco - Registro remoto e dados de monitoramento relevantes - Mídias externas - Configuração física, topologia de rede;
- (C) Configuração física, topologia de rede - Registros, cache - Tabela de roteamento, cache ARP, tabela de processo, estatísticas do kernel, memória - Sistemas de arquivos temporários - Disco - Registro remoto e dados de monitoramento relevantes - Mídias externas;
- (D) Registro remoto e dados de monitoramento relevantes - Registros, cache - Tabela de roteamento, cache ARP, tabela de processo, estatísticas do kernel, memória - Sistemas de arquivos temporários - Disco - Configuração física, topologia de rede - Mídias externas;
- (E) Registros, cache - Tabela de roteamento, cache ARP, tabela de processo, estatísticas do kernel, memória - Sistemas de arquivos temporários - Disco - Registro remoto e dados de monitoramento relevantes - Configuração física, topologia de rede - Mídias externas.

71

A norma ISO/IEC 27037 define as diretrizes acerca dos procedimentos adotados em evidências digitais.

Essa sequência de procedimentos é:

- (A) Identificação, Coleta, Aquisição e Preservação;
- (B) Coleta, Identificação, Preservação e Análise;
- (C) Coleta, Identificação, Análise e Preservação;
- (D) Coleta, Identificação, Aquisição e Análise;
- (E) Aquisição, Coleta, Identificação e Análise.

72

João, agente público federal competente, compareceu ao local de determinado crime de grande repercussão nacional, ocasião em que, iniciados os trabalhos periciais, distinguiu um elemento como de potencial interesse para a produção da prova pericial.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, a atuação de João caracteriza a seguinte etapa na cadeia de custódia:

- (A) reconhecimento;
- (B) processamento;
- (C) recebimento;
- (D) isolamento;
- (E) fixação.

73

Durante o cumprimento de mandado de prisão expedido pela autoridade judiciária competente, Matheus, policial federal, foi atingido por um golpe de arma branca desferido por João, causando-lhe lesões corporais. Nesse contexto, dois dias após os eventos, Matheus realizou exame de corpo de delito, constatando-se, posteriormente, que este foi incompleto.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que:

- (A) na falta de perito oficial, o exame complementar será realizado por uma pessoa idônea, preferencialmente portadora de diploma de curso superior na área específica, dentre as que tiverem habilitação técnica relacionada com a natureza do exame;
- (B) se, além do exame complementar, houver a necessidade de verificar eventual incapacidade para as ocupações habituais por mais de 30 dias, o exame deverá ser feito logo que decorra o prazo de 30 dias, contado da data da realização da perícia inicial;
- (C) como o primeiro exame pericial foi incompleto, proceder-se-á a exame complementar por determinação da autoridade policial ou judiciária, de ofício, não se admitindo requerimento por parte do ofendido ou do acusado;
- (D) caso não seja realizado exame complementar, o auto de corpo de delito inicial será inutilizado, vedando-se a utilização da prova testemunhal como forma de suprir a ausência constatada;
- (E) no exame complementar, os peritos terão presente o auto de corpo de delito, a fim de suprir-lhe a deficiência ou retificá-lo.

74

Durante uma ação penal que tramita junto à Justiça Federal no Estado de Minas Gerais, verificou-se que a vítima, a testemunha de acusação e o acusado, que foram devidamente intimados para a instrução processual, não compareceram e não apresentaram motivo justificado.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal e o entendimento do Supremo Tribunal Federal, será admitida a condução coercitiva do(a):

- (A) vítima e da testemunha, mas não do acusado;
- (B) testemunha, mas não da vítima e do acusado;
- (C) testemunha e do acusado, mas não da vítima;
- (D) acusado, mas não da vítima e da testemunha;
- (E) vítima, mas não da testemunha e do acusado.

75

Guilherme, juiz federal, determinou, de ofício e por meio de decisões fundamentadas, que os interrogatórios de três réus, em diferentes e complexas ações penais, fossem realizados, excepcionalmente, por sistema de videoconferência, argumentando que as medidas eram necessárias para atender as seguintes finalidades:

- i) prevenir risco à segurança pública, por existir fundada suspeita de que o preso integra organização criminosa e de que possa fugir durante o deslocamento (primeiro processo);
- ii) viabilizar a participação do réu no referido ato processual, por existir relevante dificuldade para seu comparecimento em juízo, por enfermidade (segundo processo);
- iii) impedir a influência do réu no ânimo das testemunhas e da vítima, não sendo possível colher o depoimento destas por videoconferência (terceiro processo).

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que:

- (A) no primeiro e no segundo processos, era possível a realização dos interrogatórios dos acusados por videoconferência, de forma que as decisões judiciais estão em conformidade com a legislação processual. Contudo, no terceiro processo, o interrogatório do réu por videoconferência não encontra amparo legal;
- (B) no terceiro processo, era juridicamente cabível a realização do interrogatório do acusado por videoconferência, de forma que a decisão judicial está em conformidade com a legislação processual. Contudo, no primeiro e no segundo processos, os interrogatórios dos réus por videoconferência não encontram amparo legal;
- (C) no segundo processo, era juridicamente cabível a realização do interrogatório do acusado por videoconferência, de forma que a decisão judicial está em conformidade com a legislação processual. Contudo, no primeiro e no terceiro processos, os interrogatórios dos réus por videoconferência não encontram amparo legal;
- (D) nos três processos, era juridicamente cabível a realização dos interrogatórios dos acusados por videoconferência, de forma que as decisões judiciais estão em conformidade com a legislação processual;
- (E) nos três processos, não era juridicamente cabível a realização dos interrogatórios dos acusados por videoconferência, de forma que as decisões judiciais não encontram amparo legal.

76

No âmbito de uma ação penal em curso, o representante do Ministério Público Federal, visando à instrução processual, requereu, ao juízo competente, a decretação da captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos e acústicos envolvendo os acusados.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 9.296/1996, é correto afirmar que a medida requerida poderá ser autorizada pelo juiz se:

- (A) houver elementos probatórios razoáveis de autoria e participação em infrações criminais cujas penas máximas sejam superiores a quatro anos ou em infrações penais conexas, ainda que a prova possa ser feita por outros meios disponíveis e igualmente eficazes;
- (B) a prova não puder ser feita por outros meios disponíveis e igualmente eficazes e houver elementos probatórios razoáveis de autoria e participação em infrações criminais cujas penas máximas sejam superiores a quatro anos ou em infrações penais conexas;
- (C) houver elementos probatórios razoáveis de autoria e participação em infrações criminais punidas com reclusão, ainda que a prova possa ser feita por outros meios disponíveis e igualmente eficazes;
- (D) a prova não puder ser feita por outros meios disponíveis e igualmente eficazes e houver elementos probatórios razoáveis de autoria e participação em infrações criminais punidas com detenção;
- (E) a prova não puder ser feita por outros meios disponíveis e igualmente eficazes e houver elementos probatórios razoáveis de autoria e participação em infrações criminais punidas com reclusão.

77

Caio, procurador da República, tomou conhecimento da prática de um grave crime contra o meio ambiente, objeto de apuração por parte da polícia judiciária. Registre-se que, muito embora haja justa causa para a ação penal, o inquérito policial ainda não foi concluído pela autoridade policial.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal e o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominante, é correto afirmar que o representante do Ministério Público Federal:

- (A) não poderá oferecer denúncia sem a conclusão do inquérito policial, admitindo-se, contudo, que requeira ao juízo competente a fixação de prazo para que a autoridade policial conclua as investigações;
- (B) não poderá oferecer denúncia sem a conclusão do inquérito policial, admitindo-se, contudo, a fixação, por si só, de prazo para que a autoridade policial conclua as investigações;
- (C) poderá oferecer denúncia sem a conclusão do inquérito policial, desde que demonstre, objetivamente, desídia da autoridade policial na condução das investigações;
- (D) não poderá oferecer denúncia sem a conclusão do inquérito policial, já que o caderno investigativo deve estar apensado aos autos da ação penal;
- (E) poderá oferecer denúncia sem a conclusão do inquérito policial, em razão da dispensabilidade deste.

78

A tecnologia Blockchain tem se tornado cada vez mais presente em diversas áreas, impulsionando a inovação e a transformação digitais. Essa tecnologia permite a criação de tokens não fungíveis (NFTs), que podem funcionar como certificados digitais de autenticidade e propriedade de itens digitais. O crescente interesse global por essa tecnologia reflete seu potencial para revolucionar diversos setores, impulsionando a economia digital e criando novas possibilidades.

A tecnologia Blockchain é adequada para uso, quando consideramos suas limitações e características, no cenário de:

- (A) registro e execução de votação em uma sociedade anônima (S/A);
- (B) organização e armazenamento de dados multimídia de alta fidelidade;
- (C) agendamento de consultas médicas em consultórios privados;
- (D) organização e armazenamento de mensagens instantâneas entre usuários de um aplicativo;
- (E) edição de textos e documentos sigilosos de forma colaborativa em tempo real.

79

Carteiras digitais são ferramentas essenciais para armazenar e gerenciar criptomoedas, como Bitcoin e Ethereum. Considere uma equipe de desenvolvimento de um novo aplicativo móvel financeiro. Durante uma reunião para definir a arquitetura do sistema, surge a necessidade de escolher uma forma segura e eficiente para armazenar as chaves privadas dos usuários.

Considerando as características de cada tipo de carteira digital, é correto afirmar que:

- (A) carteiras frias não permitem a realização de transações em dispositivos móveis;
- (B) carteiras quentes são mais seguras, pois exigem autenticação de dois fatores para acesso;
- (C) carteiras frias possuem interface mais simples e são recomendadas para usuários menos experientes;
- (D) carteiras frias possuem taxas de transação mais baixas que carteiras quentes;
- (E) carteiras quentes só podem ser acessadas por meio de aplicativos móveis registrados e autorizados.

80

Bluetooth e BLE (Bluetooth Low Energy) são tecnologias essenciais para a Internet das Coisas, pois permitem a conexão sem fio de dispositivos de forma simples e eficiente. O Bluetooth tradicional é ideal para transmitir grandes volumes de dados em curtas distâncias, como em fones de ouvido e caixas de som. Já o BLE, com seu baixo consumo de energia, viabiliza a conexão de dispositivos compactos e com bateria limitada, como sensores e wearables, que coletam e transmitem dados por longos períodos. Essas tecnologias facilitam a comunicação e a interação entre os objetos do nosso dia a dia, impulsionando a expansão da Internet das Coisas em áreas como casas inteligentes, cidades inteligentes e saúde. Torna-se importante, então, selecionar adequadamente a tecnologia considerando seu uso.

O que justifica, corretamente, a escolha de BLE para uma rede de sensores sem fio é:

- (A) sua baixa latência em relação ao Bluetooth tradicional e seu baixo consumo de energia;
- (B) a operação em uma banda de frequência inferior ao Bluetooth tradicional – menos sujeita à interferência – e seu baixo consumo de energia;
- (C) seu baixo consumo de energia, desde que sua alta latência não seja um impedimento para a aplicação projetada;
- (D) sua capacidade de transmissão contínua de dados, desde que sua estratégia de utilização de grandes pacotes de dados não inviabilize a aplicação projetada;
- (E) sua estratégia de utilização de grandes pacotes de dados, especialmente adequada para dados de sensores, desde que sua limitação de segurança e criptografia não inviabilizem a aplicação projetada.

PROVA DISCURSIVA

O futuro do planeta Terra está se voltando para os demais planetas do sistema solar. Um assessor do novo presidente americano diz ter a intenção de chegar a Marte em pouco tempo, preocupação que também mostra a China. Ocorre, porém, que essas conquistas custam milhões e milhões de dólares, que poderiam ser empregados para a solução de problemas terrenos. Afinal de contas, as conquistas espaciais são um bom investimento, ou não? Que ganho poderíamos ter com elas?

Diga o que pensa a respeito do tema, elaborando um texto dissertativo-argumentativo, em linguagem culta, com no mínimo 20 e no máximo 30 linhas.

Valor: 40 pontos.

1

5

10

15

20

25

30

RASCUNHO

Realização

